

O CONTEXTO DO DESENVOLVIMEN- TO E IMPACTO DOS AGENTES LOCAIS: UM MODELO CONCEPTUAL E EXPERIÊNCIAS DO PORTUGAL RURAL

Zoran Roca

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Área de
Geografia e Desenvolvimento Regional

Introdução

As áreas rurais em Portugal têm vindo a ser marcadas pelo declínio da agricultura familiar, pela subutilização ou abandono das terras aráveis; pela falta de investimentos em infra-estruturas, equipamentos e serviços de natureza social, especialmente em actividades produtivas, assim como pelo esgotamento contínuo da base de recursos humanos. Taxas baixas ou negativas de crescimento populacional causadas, principalmente, pelo êxodo de jovens homens e mulheres em busca de melhor educação, emprego e melhores condições de vida e, conseqüentemente o rápido envelhecimento da população local constituída maioritariamente por mão-de-obra não qualificada e cada vez mais dependente, atingiram proporções de uma verdadeira "desertificação humana".

O que pode ser feito para mudar essa situação? Deveria investir-se mais intensamente em infra-estruturas e serviços ou na diversificação das actividades económicas? Como motivar os jovens a permanecer nas áreas rurais e a participar activamente no processo de desenvolvimento? Como incentivar o espírito e competitividade empresariais a nível local? Embora sendo importantes, tais questões de políticas requerem resposta a uma pergunta complementar e frequentemente negligenciada – localmente, quem deveria actuar como agente de mudança, ou seja, quem é capaz de assumir a responsabilidade de animar, iniciar, intervir e contribuir eficazmente para o processo de desenvolvimento em áreas rurais desfavorecidas que sofrem de desertificação humana?

O objectivo deste artigo é apontar para a importância das iniciativas locais de desenvolvimento na capacitação da base de recursos humanos como um meio de revitalizar as actividades produtivas locais em áreas rurais desfavorecidas. Para tanto, é apresentado um modelo conceptual para melhor compreensão da complexidade do desenvolvimento local e da necessidade de identificação de agentes locais¹, que é seguido do estudo comparativo de problemas relacionados com o desenvolvimento de recursos humanos em duas áreas rurais portuguesas².

O Contexto do Desenvolvimento Local – Modelo Conceptual

O processo de desenvolvimento num determinado território³ ou desenvolvimento local⁴ depende essencialmente, por um lado, dos recursos naturais, humanos e materiais e, por outro, do carácter das relações de poder sociais, económicas, políticas e outras através das

¹ Baseado na comunicação apresentada na conferência internacional "Sustainability of Rural Systems", organizada pela União Internacional de Geografia, Lisboa, 23 a 29 de Agosto de 1998. Ver: Roca (1999).

² Baseado nos resultados de uma investigação no Alto Minho e no Baixo Alentejo, realizada em 1998, no âmbito de um projecto internacional "Youth and Rural Development in Europe: Policy Issues and Responses" promovido pela Food and Agriculture Organisation of the United Nations (FAO), Roma. Ver: Roca (1998).

quais esses recursos são geridos e valorizados. As ligações complexas entre os recursos de desenvolvimento e as relações de poder vigentes reflectem-se em modos específicos de produção, modelos de organização social e nas características da identidade cultural. Essas ligações e seus reflexos sócio-económicos formam, em conjunto, os potenciais e limitações de desenvolvimento de um território que, por sua vez, caracteriza o contexto do desenvolvimento local. Em outras palavras, pode-se afirmar que o “contexto do desenvolvimento local” é determinado pelo conjunto de condições sociais e económicas de um determinado território onde ocorrem interacções entre recursos e relações de poder.

Recursos de Desenvolvimento e Relações de Poder

As dimensões e natureza interna e externa estão incorporadas em todos os componentes do contexto do desenvolvimento local. Por exemplo, os recursos naturais disponíveis localmente são apenas parte de sistemas naturais mais amplos e são alterados constantemente por eles (ou seja, externos), e não apenas por condições locais de ordem climática, hidrológica ou geológica. Também, o uso e gestão dos recursos naturais locais não é apenas um reflexo das relações locais de poder, mas igualmente de um sistema mais amplo, externo, de relações de poder, ou seja, aquelas que emanam de um dado sistema económico e social, de uma cultura, do nível de desenvolvimento tecnológico, enquadramento político, a nível nacional e, cada vez mais, supra-nacional.

De modo análogo, os recursos humanos locais disponíveis são, hoje, grandemente um retrato de sua própria história sócio-demográfica, e, concomitantemente, reflectem a possibilidade de um território de

atrair pessoas e absorver conhecimentos e ideias externas. Ademais, o nível de coesão social e valores culturais locais, assim como os modos de produção e de troca de produtos e serviços locais são normalmente estabelecidos e/ou alterados através de ligações complexas com condições externas (enquadramento sócio-político, condições de mercado, políticas de desenvolvimento nacional e regional, etc.).

As relações de poder internas que caracterizam um determinado território não podem mudar o contexto de desenvolvimento local independentemente das mudanças provocadas externamente. No entanto, ficou comprovado que as relações de poder num território podem ter importantes efeitos externos de ordem política, social, cultural, económica e ambiental e podem, em verdade, influenciar as relações de poder num espaço geográfico mais amplo. Ao passo que a História da Humanidade tem sido marcada pela intensificação das várias formas dessa interdependência interna-externa ou da interface micro-macro, a globalização contemporânea da economia e da cultura tem imposto tais relações como *conditio sine qua non* das perspectivas de desenvolvimento a nível local.

Portanto, os problemas de desenvolvimento num determinado território podem não ser superados se a sua solução for baseada apenas nos recursos endógenos de desenvolvimento e relações de poder desse território mas, sim, através do fortalecimento das características positivas e da minimização das negativas que marcam ou poderiam vir a marcar suas ligações com o contexto externo de desenvolvimento, em suas dimensões natural e sócio-económica.

O Inventário e a Capacidade de Desenvolvimento Local

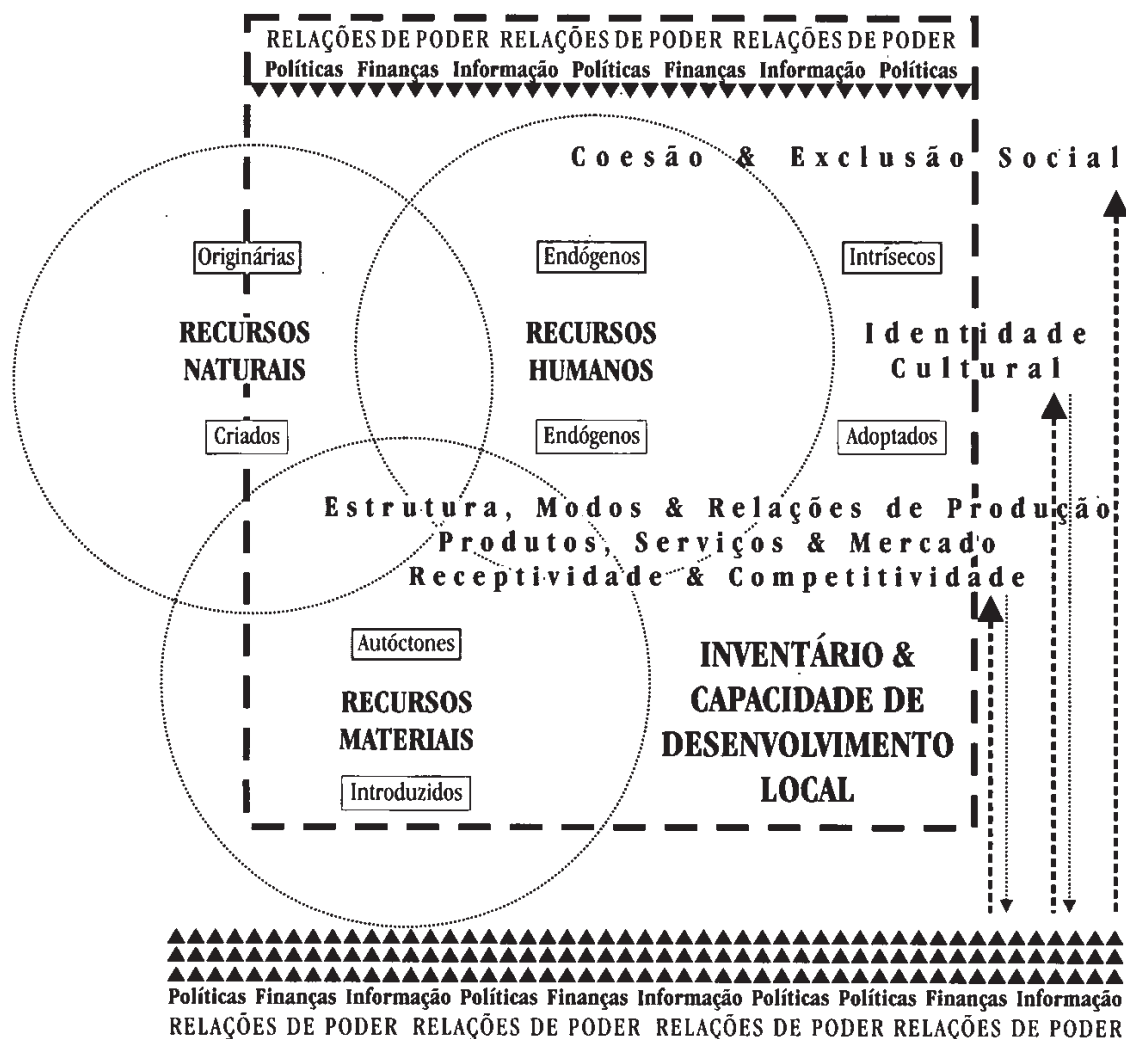
O modo como as interdependências mencionadas acima modulam o contexto de desenvolvimento a nível local é esquematizado na figura 1. Os recursos naturais, humanos e materiais disponíveis, assim como as relações de poder internas, constituem o “inventário de desenvolvimento” de um determinado território. O conjunto de condições sociais e económicas internas – basicamente marcadas por níveis específicos de coesão e/ou exclusão social, características de identidade cultural local, estruturas e relações de produção, produtos locais, serviços e comércio, assim como pela receptividade local aos inputs externos (tanto materiais como não-materiais) e pela competitividade no mercado externo – constituem a “capacidade de desenvolvimento” do território.

Os recursos naturais locais com as suas dimensões interna e externa, consistem de elementos originários como o ar, água, flora e fauna, solos, paisagem natural. Compreendem, também, os elementos criados pela acção do homem como as terras cultivadas, pastagens e florestação. Contudo, essa acção degrada, também, esses recursos (vertentes erodidas, águas e solos poluídos, etc.). O carácter quantificativo dos recursos humanos locais (por ex., efectivos, distribuição, estrutura da

³ O termo “desenvolvimento”, neste caso, é entendido como um processo de mudanças sociais, económicas, políticas, ambientais, tecnológicas e outras que resulta na elevação dos níveis de bem estar das populações. De modo ideal, o processo de desenvolvimento aproxima, cada vez mais, os interesses, presentes e futuros, de grupos e indivíduos a nível local dos interesses nacionais, internacionais e globais, presentes e futuros. Neste sentido, o nível atingido de bem estar humano, a complementaridade e solidariedade entre interesses inter-geracionais são uma medida de sustentabilidade do desenvolvimento. Contudo, este ideal de desenvolvimento está ainda longe de ser conseguido em muitas sociedades. A marginalização e exclusão espacial, social e económica a nível regional, rural-urbano e a outros níveis, assim como as assimetrias nas relações de poder a todos os níveis frequentemente levantam obstáculos às perspectivas e representam uma verdadeira negação da sustentabilidade do desenvolvimento. – O termo “território” é entendido como uma entidade do espaço geográfico que se distingue do espaço circundante pela sua homogeneidade bio-geo-física, socio-económica e cultural. A homogeneidade dos territórios é frequentemente atestada pelas divisões administrativas entre regiões, distritos, concelhos e freguesias, ou por nomes geográficos como, por exemplo, Vale do Lima, Vale de Tejo, Costa Vicentina, Barlavento Algarvio.

⁴ O “desenvolvimento local” é a realização do processo de desenvolvimento num território ou zona determinada, ou seja, “... é um processo de valorização do que é diverso, do que pode ser reconhecido e associado a um local, desde que essa associação seja promovida” (Albino, 1997: 103). Neste contexto, a noção do “território” utilizada neste artigo está em conformidade com a corrente das Ciências de Desenvolvimento Regional evocada por autores como Stöhr (1981), Greffe (1989), Garofoli (1992), Ferrão (1992) e outros que difundiram abordagens do desenvolvimento como “funcional”, “alternativo”, “integrado”, “endógeno”, “bottom-up” e similares (Pedroso, 1998: 43-81).

Figura 1
Contexto do Desenvolvimento Local



população, determinantes do crescimento natural e do saldo migratório) comumente reflecte sua natureza endógena e exógena.

A constituição da maioria dos recursos materiais⁵ é autóctone, uma vez que foram surgindo no decorrer da transformação sócio-económica dum determinado território. Esses recursos representam as provas físicas locais do passado e presente e são a base material para o processo futuro do desenvolvimento. Deve-se, no entanto, ter em mente que muitos dos recursos materiais locais têm sido introduzidos num ter-

ritório de fora, e frequentemente permanecem como partes de sistemas externos mais amplos⁶. Conseqüentemente, o uso desses recursos continuará, mais uma vez, a depender de ligações entre as relações de poder externas e locais.

As relações locais de poder emanam: – primeiro, do poder económico e financeiro (incluindo empresas operando local e externamente, mercado local, capital financeiro disponível e os bancos); – segundo, do governo local e dos órgãos legislativos e jurídicos; – ter-

⁵ Por exemplo, indústrias locais, escolas, parque habitacional, estradas, pontes, barragens, canais de irrigação, sistemas de esgotos, equipamentos turísticos, etc.

⁶ Por exemplo, estradas e caminhos de ferro nacionais, centrais energéticas e sistemas de transmissão, canais navegáveis e de irrigação, serviços e equipamentos sociais de importância supra-local, como escolas superiores, hospitais, etc.

ceiro, do uso e gestão da informação pública e dos meios e sistemas de comunicação social. Como mostra o esquema na figura 1, todas as características básicas do inventário e das capacidades locais de desenvolvimento são influenciadas por relações de poder externas⁷.

É importante notar, no entanto, que, dependendo do nível de democratização e descentralização da sociedade e da economia, os componentes do inventário e da capacidade de desenvolvimento local podem influenciar as relações de poder externas. Em muitos países europeus, a viabilidade da agricultura biológica em pequenas explorações e as amenidades do turismo de alta qualidade em localidades rurais remotas, a riqueza dos conhecimentos e tecnologias tradicionais, o ressurgimento da importância dada ao património material e cultural locais têm vindo a ganhar não apenas o reconhecimento local mas, principalmente, o externo e um lugar cada vez mais sólido nos mercados nacional e internacional de produtos e serviços⁸. A abordagem *bottom-up* do desenvolvimento tem vindo a ser cada vez mais promovida através de incentivos fiscais e outros introduzidos por governos nacionais baseados nas solicitações a nível local. Ademais, a democratização promove, comumente, iniciativas empresariais locais no campo social e económico, o que cria, assim, as bases para uma superação dos constrangimentos financeiros e pressões, entre outras, legais e que favorecem condições para uma autonomia local política, social e económica⁹.

Análise dos Problemas e Identificação dos Agentes Locais

O modelo conceptual apresentado acima pode servir como base para uma melhor compreensão das complexas interdependências externas e internas que determinam o contexto de desenvolvimento local. Entretanto, embora forneça, também, uma base para a identificação inicial dos problemas de desenvolvimento, este modelo pode não responder ao desafio de seleccionar soluções adequadas e determinar aqueles que as implementarão, ou seja, os actores e, particularmente, os agentes de desenvolvimento local¹⁰.

Pode-se, dificilmente, considerar um exagero insistir que é fundamental a actuação dos agentes de desenvolvimento em áreas rurais periféricas e/ou desfavorecidas, em especial aquelas que sofrem de

esgotamento dos recursos humanos. Há muitos exemplos de que a falha em identificar, reconhecer socialmente e/ou capacitar os agentes locais disponíveis e potenciais faz com que, frequentemente, as soluções propostas para os problemas de desenvolvimento resembram apenas como sonhos não realizados da população local e promessas fúteis lançadas por políticos irresponsáveis.

Um enquadramento metodológico para o estudo de problemas e soluções de desenvolvimento de um determinado território, com ênfase no reconhecimento dos agentes locais é proposto a seguir. A figura 2 contém uma "lista de controlo" para a identificação pormenorizada de problemas, soluções e agentes em relação aos diferentes componentes do inventário e das capacidades de desenvolvimento local que necessitam de mudanças.

O primeiro passo seria identificar o problema de acordo com as suas características sociais ("s"), económicas ("e"), tecnológicas ("t"), culturais ("c"), jurídicas ("j") ou outras ("o") através do exame dos componentes do inventário e das capacidades de desenvolvimento local. A análise devia levar em consideração o carácter local (endógeno, autóctone, intrínseco e/ou originário) e, ao mesmo tempo, a natureza externa (exógena, introduzida e/ou adquirida) dos recursos, da base sócio-económica e cultural local e das relações de poder. Isto possibilitaria o estabelecimento de um diagnóstico objectivo dos problemas de desenvolvimento local.

O segundo passo para levar a cabo esta análise do contexto de desenvolvimento é a procura de soluções e, em simultâneo, a identificação de agentes de desenvolvimento que possam garantir a implementação dessas soluções. Deste modo, em vez de se cair na armadilha de proporcionar um mero exercício teórico, a procura de soluções pode tornar-se socialmente muito mais responsável, um acto orientado para a acção. Ou seja, optar por uma solução só faz sentido se, ao mesmo tempo for acompanhada pela identificação do(s) agente(s) capaz(es) de viabilizá-la.

O conjunto de agentes potenciais de desenvolvimento pode ser muito amplo, abrangendo desde os indivíduos ("I"), grupos sociais ou profissionais ("G") e/ou agências especializadas de desenvolvimento ("A"), passando por instituições públicas ou privadas ("P") e empresas locais ou externas ("E1") e outros agentes económicos ("E2") presentes localmente, até o aparelho governativo local ou a nível mais alto ("G1" e "G2"). Uma vez que a viabilidade das soluções depende, às vezes, da intervenção de mais de um agente, é preciso reconhecer as parcerias entre os agentes identificados.

⁷ Por exemplo, uma política macro-económica orientada para a exportação, provoca, em geral, mudanças profundas, negativas ou positivas, na produção baseada na agricultura familiar e, portanto, no ambiente local, no emprego e na coesão social, nos padrões migratórios, na competitividade local, etc. Incentivos legais, políticas de crédito e tributária, programas de formação profissional e outros instrumentos de desenvolvimento ao macro-nível podem beneficiar pequenas e médias empresas e portanto, por exemplo, contribuir para a diversificação da economia local e reduzir os efeitos da desertificação humana das regiões rurais desfavorecidas.

⁸ Por exemplo, os gostos e hábitos de consumo da classe média urbana estão a mudar em favor da autenticidade cultural, ambiente limpo, calma e outras amenidades das áreas rurais.

⁹ A situação contrária é quando há um défice de democracia política e económica, por exemplo, quando as soluções locais aos problemas locais de desenvolvimento dependem exclusivamente da assistência de poderes políticos e económicos centrais, enquanto que localmente reina inacção e aumenta o êxodo dos jovens.

¹⁰ Os "actores" de desenvolvimento local são todos os indivíduos, grupos e instituições públicas e privadas que contribuem directa ou indirectamente para a melhoria da qualidade de vida num determinado território, ou seja, desde estudantes e trabalhadores, até gestores da economia e da vida política locais. Os "agentes" de desenvolvimento local são aqueles actores cujas actividades estão explicitamente integradas na procura de soluções de problemas prioritários de desenvolvimento local através da valorização de potencialidades endógenas em conjugação com factores e processos exógenos favoráveis. Enquanto todos os actores podem contribuir para afirmação dos pontos fortes do contexto de desenvolvimento local, a intervenção dos agentes de desenvolvimento é decisiva.

Figura 2
Análise do contexto e identificação dos agentes locais

| INVENTÁRIO & CAPACIDADE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL | IDENTIFICAÇÃO & CARACTERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS | | | | | AVALIAÇÃO DE SOLUÇÕES & RECONHECIMENTO DOS AGENTES LOCAIS | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|--|---|---|---|---|----|----|----|----|
| | s | e | t | c | j | o | I | G | A | P | E1 | E2 | G1 | G2 |
| RECURSOS NATURAIS (Originários & Criados) * Atmo-geo-hidro-bio-esfera * Paisagem agrícola e florestação | | | | | | | | | | | | | | |
| RECURSOS HUMANOS (Endógenos & Exógenos) * Dinâmicas & Estruturas Demográficas * Força de Trabalho, Qualificação & Emprego * Bem estar & Autoconfiança | | | | | | | | | | | | | | |
| RECURSOS MATERIAIS (Autóctones & Introduzidos) * Infra-estruturas e equipamentos económicos e sociais * Património edificado | | | | | | | | | | | | | | |
| AMBIENTE LOCAL (Intrínseco & Adoptado) * Coesão & Exclusão Social * Identidade Cultural * Estrutura, Modos & Relações de Produção * Produtos, Serviços & Mercado * Receptividade & Competitividade | | | | | | | | | | | | | | |
| RELAÇÕES DE PODER (Locais & Externos) * Capital Financeiro * Poder Político, Administrativo & Jurídico * Informação & Comunicação | | | | | | | | | | | | | | |

A fim de assegurar a sustentabilidade das soluções pretendidas, cada papel identificado do agente de desenvolvimento deve ser avaliado em termos de seus objectivos, estratégias e dos recursos próprios ou externos disponíveis de ordem financeira, humana, técnica, entre outros, assim como em relação às actividades que necessitam ser levadas a cabo. Ademais, deveriam ser encontradas soluções para eventuais conflitos entre os vários agentes e outras partes envolvidas (inclusive os beneficiários das intervenções) no processo de desenvolvimento.

Estudo de Caso n.º 1: Capacitação dos Jovens no Alentejo¹¹

O Contexto Sócio-Económico

O Alentejo é considerado a região menos desenvolvida de Portugal e da União Europeia. Actualmente, os problemas de desenvolvimento que caracterizam o Alentejo, estendem-se desde a desertificação do ambiente físico (devido à acção da natureza e humana) e a baixa produtividade agrícola, até a diminuição do capital humano relacionado

¹¹ Baseado em: Roca (1998) pp. 41-51; Roca (1999a) pp. 171-172.

com o êxodo rural, agravado pelo envelhecimento, baixo nível de instrução e de qualificação profissional da população e falta de espírito empresarial e iniciativas de desenvolvimento a nível local.

A situação tem sido particularmente grave em Aljustrel, Messejana e nas áreas rurais circundantes, onde em fins da década de Oitenta, a taxa de desemprego atingiu os 50%. A situação piorou com o encerramento das minas de carvão e empresas locais de carpintaria que empregavam centenas de trabalhadores, enquanto que, ao mesmo tempo, as probabilidades de auto-sustentação de outras actividades económicas eram extremamente baixas. (Albino, 1990)

O Agente Local: ESDIME

O agente de desenvolvimento mais importante que opera na região é a Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, ESDIME. Fundada em 1989 e sediada em Messejana, os seus principais objectivos são estimular e apoiar o desenvolvimento económico, social e cultural integrado e participativo e proporcionar serviços de consultoria na forma de aconselhamento e assistência técnica a pequenas empresas.

Entre as intervenções da ESDIME que tiveram como resultado a melhoria da qualidade de vida dos jovens, as mais importantes foram aquelas relacionadas com a diversificação das oportunidades locais de emprego em Aljustrel e o estabelecimento de micro e pequenas empresas por jovens em todo o território da intervenção. Além disso, a ESDIME desenvolve e realiza uma ampla variedade de programas de formação que visam fortalecer as ligações entre os produtores agrícolas e outros produtores e prestadores de serviços envolvidos na transformação, diversificação e/ou melhoria de suas actividades.

Entre os empreendimentos da ESDIME que tiveram melhores resultados destaca-se a promoção de iniciativas empresariais locais. Com o objectivo de criar novas e fortalecer empresas locais já existentes, a ESDIME proporciona serviços de consultoria através de estudos de pré-viabilidade e viabilidade, aconselhamento jurídico e através de apoio técnico directo na elaboração de projectos de investimentos para pequenas e médias empresas (PMEs). No período 1989-1998, a ESDIME colaborou para o estabelecimento de aproximadamente 300 novas PMEs, garantindo quase 800 empregos. Cerca de 50% dos empregados eram homens e mulheres de idade igual ou inferior a 30 anos.¹²

É importante enfatizar que o êxito alcançado pela ESDIME tem sido possível, em grande parte, devido a seus quadros compostos por cerca de quinze homens e mulheres jovens, todos com altos níveis de instrução e formação profissional e genuinamente dedicados à causa do desenvolvimento local. Após terem completado os estudos em Lisboa ou em outra cidade, em Portugal ou no estrangeiro, escolheram residir permanentemente na área rural desfavorecida do Sudoeste Alentejano e gerir esta agência de desenvolvimento local.

Estudo de Caso n.º 2: Renovando a Produção de Linho no Vale do Lima¹³

O Contexto Sócio-Económico

A área rural do Vale do Lima é conhecida por seu rico artesanato tradicional. Particularmente, a produção familiar de linho costumava ter um lugar de destaque, por, pelo menos, três razões: cuidar da terra agrícola, mantendo-a sob cultivo; ser uma importante fonte de rendimentos de muitos agregados; e ser um factor de fortalecimento da coesão intra-

familiar e da comunidade local. O linho costumava ter um mercado garantido nas aldeias, vilas e cidades do Vale do Lima. (Caldas, 1995)

Desde a década de Sessenta, essa área tem vindo a caracterizar-se, em parte, pelo declínio da economia rural tradicional, em geral e, em particular, da agricultura familiar. Este processo tem sido marcado pela perda de recursos humanos (devido à emigração e envelhecimento da população, nuclearização da família, etc.) que foi prejudicial à identidade cultural local. Os conhecimentos endógenos e as competências tradicionais em que se baseava a economia familiar aldeã não puderam mais sustentar-se. Nesse contexto, a produção artesanal no Vale do Lima perdeu rapidamente sua popularidade e prestígio e, em verdade, ficou próxima da extinção. O ciclo do linho não podia manter-se a par da condições tecnológicas e de mercado impostas pelas indústrias têxteis, baseadas no consumo de massas e uniformidade dos gostos do consumidor, beneficiando de tecidos alternativos mais baratos.

O Agente de Desenvolvimento Local: ARVAL

Entre cerca de uma dúzia de agentes locais que operam nessa região, a Cooperativa de Artesão Reunidos do Vale do Rio Lima – ARVAL ficou conhecida por ter se dedicado ao ressurgimento da tradição do cultivo familiar e transformação artesanal do linho. A ARVAL, gerida por um pequeno grupo de entusiastas locais, que a fundou em 1989, tem vindo a promover a produção do linho como uma actividade geradora de rendimentos, incentivando o espírito empresarial local e desenvolvendo a auto-estima entre as mulheres jovens, propensas a partir para outras regiões ou emigrar.

As principais actividades da ARVAL são a formação profissional na área da produção artesanal do linho e a assistência técnica no cultivo do linho e na comercialização da produção final. Sua política é a de recrutar formadores entre as melhores formandas logo que completam o curso e incluí-las no programa especial de formação-de-formadores. O fornecimento de sementes e a prestação de assistência aos cultivadores de linho desenvolvem-se em cooperação com os serviços de extensão do Ministério da Agricultura. Os técnicos de extensão têm vindo a fazer experiências e a testar sementes de linho a fim de estabelecer uma qualidade óptima para a sua produção local, aproximando-a dos padrões da União Europeia.

A ARVAL contribuiu substancialmente para a re-introdução do cultivo do linho no Vale do Lima. No período entre 1989 e 1997, o número total de produtores artesanais de linho atingiu os 500. Desde então, esses novos produtores cultivam o linho e utilizam regularmente os serviços prestados pela ARVAL¹⁴. Assim, implicitamente, essa difusão de

¹² Especificamente, a ESDIME tem vindo a proporcionar apoio directo na elaboração de candidaturas para aplicação de incentivos fiscais e outros, assim como na monitorização do processo de avaliação e aprovação de tais projectos dentro do quadro de programas nacionais para a promoção de PMEs. O leque de actividades das PMEs apoiadas pela ESDIME é muito amplo: desde cafés e lojas de pequeno comércio, passando por vários tipos de empresas de produção alimentar, projectos de engenharia civil, mecânica e electrotécnica e lojas de serviços de reparação até centros de dia e casas de repouso para idosos, equipamentos turísticos, consultórios de dentistas, etc.

¹³ Baseado em: Roca (1998) pp. 51-56; Roca (1999a) pp. 169-170.

¹⁴ A maioria dos cultivadores são proprietários e outros arrendam terras. Recebem subsídios para a sementeira que tem sido realizada com ajuda mútua. Foi estimado que estão a ser recuperados entre 500 a 600 de teares artesanais, por todo o Vale do Lima. (Martins, 1997).

interesse pela produção de linho provavelmente terá tido efeitos positivos múltiplos, como a recuperação das terras agrícolas e a atracção de população rural pelo cultivo, diversificação dos rendimentos familiares e o fortalecimento implícito da base económica de vida dessa região.

Avaliações externas e internas, estudos e registos demonstraram que o efeito das actividades de formação da ARVAL foram notáveis de várias maneiras: a mais significativa, a produção artesanal de linho, tornou-se, de facto, numa importante fonte complementar de rendimentos de muitos agregados familiares. De facto, há razão para afirmar que as actividades da ARVAL estão a contribuir para uma maior coesão social a nível das famílias e da comunidade, assim como para a melhoria da situação das mulheres uma vez que mães e filhas são os principais actores nesta actividade artesanal economicamente viável.¹⁵

Síntese: O Impacto dos Agentes Locais

Embora diferentes em seus objectivos, âmbito de actividades, contextos de desenvolvimento local, conjunto de condições de organização, e ambiente externo no qual operam, os agentes de desenvolvimento local ESDIME e ARVAL têm ambos demonstrado que refrear o êxodo rural e, até, atrair homens e mulheres jovens para viver nas áreas rurais depende basicamente:

- primeiro, de uma definição e implementação apropriadas de estratégias para criar sinergias entre, por um lado, as necessidades e aspirações dos jovens, tais como o emprego e melhor qualidade de vida, e, por outro, a base de recursos económicos, culturais e ambientais a nível local e regional, e
- segundo, do compromisso que surge de indivíduos ou grupos de pessoas locais para organizar e levar a cabo a (re)valorização económica e social dos potenciais de desenvolvimento local/regional.

Em seus esforços para promover sinergias entre as necessidades e potenciais de desenvolvimento, a ESDIME e ARVAL têm tido êxito em promover e implementar um leque amplo de intervenções de desenvolvimento no Sudoeste Alentejano e no Vale do Lima, por exemplo, desde a promoção do uso de recursos locais, naturais, humanos e materiais, até contribuir directamente para aumentar as oportunidades de emprego dos jovens. As quatro principais áreas de intervenção, nas quais esses dois agentes de desenvolvimento justificaram o seu fun-

cionamento (embora não sempre da mesma forma, mas de acordo com a especificidade de suas missões) são sumariadas a seguir.

A. Promover as bases económicas e culturais do desenvolvimento local

- Identificar potenciais e constrangimentos no inventário e capacidades de desenvolvimento local, estabelecendo fins, prioridades e estratégias de intervenção cujos beneficiários são os jovens. Baseia-se na integração de factores económicos, sociais, culturais, tecnológicos e ambientais, e na harmonização:
 - do desenvolvimento dos recursos humanos com o emprego;
 - da agricultura com outras actividades económicas, tais como artesanato e turismo;
 - da produção e mercado locais com a competitividade aos níveis nacional e internacional;
 - da cultura, dos conhecimentos e das competências tradicionais com as necessidades sociais contemporâneas e suas vantagens económicas e sociais.
- Evitar o êxodo rural através do apoio à criação de oportunidades de emprego para jovens, estimular o retorno de jovens com instrução e qualificações profissionais e atrair jovens profissionais de outras regiões.
- Promover inovações tecnológicas e culturais, adaptando-as às necessidades e circunstâncias locais, e sensibilizando a população local sobre os potenciais de desenvolvimento local.
- Encorajar a auto-estima das pessoas e valorizar sua identidade local e incentivar o espírito empresarial.

B. Capacitar os jovens a entrar no mercado de trabalho

- Promover a melhoria dos níveis de instrução, especialmente entre mulheres jovens.
- Desenvolver competências técnicas através da formação profissional.
- Promover a orientação profissional, proporcionar a aquisição de experiências, sensibilizar os jovens sobre o mercado de trabalho e assisti-los na procura e candidatura a emprego.

C. Criar oportunidades de emprego

- Empregar quadros profissionais e de apoio nas próprias organizações (isto é, nas sedes da ESDIME e ARVAL), e recrutar quadros para projectos e programas no terreno.
- Proporcionar aconselhamento e orientação técnicas (por ex., estudos de viabilidade, comercialização, etc.) e/ou apoio directo (por ex., serviços de extensão, inputs agrícolas, etc.) à criação de pequenas empresas e a actividades económicas de carácter familiar.
- Estimular o estabelecimento de novas organizações locais (associações, cooperativas, sociedades, etc.).

D. Fortalecer o enquadramento institucional para o desenvolvimento local

¹⁵ A viabilidade do novo cultivo de linho e de sua produção como uma fonte de rendimentos tem sido possível particularmente no contexto do mercado que emergiu recentemente para esse tipo especial de tecido. O linho artesanal, e não o industrial, é apreciado de modo muito particular pelos decoradores de interiores e *designers* e estilistas das grandes cidades, assim como por decoradores ligados ao turismo rural nessa e em outras partes de Portugal. A procura de linho aumentou de modo tão significativo na primeira metade de 1997 que, desde então a ARVAL não necessita de investir em *marketing*.

- Incentivar a democratização do desenvolvimento local, através:
 - da participação dos jovens na identificação das necessidades, aspirações e potenciais
 - da promoção do desenvolvimento da cultura e iniciativas empresariais entre os jovens,
 - do estabelecimento de associações, cooperativas e grupos locais, entre outras, de jovens dedicados à realização de iniciativas de desenvolvimento, e
 - da promoção da transparência pública na tomada de decisões e em intervenções que influenciam a qualidade e nível de vida da população local, especialmente as perspectivas de emprego dos jovens.
- Colaborar com os governos, local e nacional, com escolas, instituições de serviço social, empresas e outros actores locais de desenvolvimento, associações, cooperativas e com grupos informais e/ou voluntários locais.
- Participar em redes de agentes de desenvolvimento local, nacional e internacionalmente, visando troca de informação, know-how, experiências, projectos conjuntos, troca de quadros jovens e lobbying de ideias, programas e projectos que beneficiem os jovens.

As realizações da ESDIME e ARVAL foram possíveis uma vez que, por trás da conceptualização inicial, fundação, evolução e funcionamento dessas duas agências de desenvolvimento estavam e estão homens e mulheres, maioritariamente jovens, nascidos e/ou crescidos nas respectivas regiões, com nível educacional e competência profissional elevados, com dedicação genuína (isto é, sem direitos adquiridos) à causa do desenvolvimento local, e que optam deliberadamente por trocar “as luzes das cidades” pelo meio rural.

O papel instrumental dessas pessoas¹⁶ no lançamento e implementação de intervenções de desenvolvimento local, incluindo a fundação das respectivas organizações locais, como a ESDIME e a ARVAL, tem sido traduzido em sua:

- capacidade de incutir confiança e de estabelecer cooperação com a comunidade local, como condição básica para uma harmonização da actividade do agente de desenvolvimento com os interesses das populações locais;
- aptidão para entender plenamente e avaliar adequadamente as dimensões locais, entre outras, cultural, económica, ambiental das mudanças necessárias;

¹⁶ A nossa intenção não é negar o papel potencialmente importante dos profissionais e outros agentes exteriores (nacionais e internacionais) mas, sim, enfatizar a necessidade de estimular os actores locais para se tornarem agentes de desenvolvimento nos seus territórios. (Sobre o subaproveitamento dos recursos humanos para o desenvolvimento local no meio rural ver: Oliveira-Roca, 1999.

- competência em dedicar-se a questões específicas, frequentemente de carácter sócio-psicológico subtil, tais como desigualdades entre homens e mulheres, motivação das pessoas, marginalização e exclusão social e económica;
- propensão para conduzir actividades, como o desenvolvimento de recursos humanos, em conformidade com as prioridades e condições locais, minimizando, portanto, a perda eventual de atribuição e gestão de recursos financeiros;
- sua eficácia em aumentar a viabilidade económica e social da agricultura familiar de subsistência e outras actividades em pequena escala (por ex., a produção artesanal do linho é, actualmente, uma mais valia importante para a agricultura do Vale do Lima, enquanto que, até recentemente, era apenas a produção de vinho verde);
- capacidade para introduzir de modo adequado inovações culturais e fazer com que sejam aceites integralmente e/ou adaptadas pela comunidade local (por ex., não havia espírito empresarial no Sudoeste Alentejano; anteriormente, as associações e cooperativas pouco actuavam no Vale do Lima);
- credibilidade e legitimidade em advogar interesses de desenvolvimento local (por ex., quando da abordagem de instituições governamentais, do estabelecimento de parcerias);
- capacidade para manter a independência financeira de fontes externas em determinadas actividades (por ex., os serviços de consultoria da ESDIME a pequenas empresas e a comercialização do linho artesanal pela ARVAL).

Conclusão

Ficou demonstrado através destes dois exemplos e, também, através de estudos realizados noutros países (FAO, 1998a: pp. xx-xxiii, 63-95) ser essencial a identificação adequada de agentes locais capazes que possam ser activados na revitalização de áreas rurais sofrendo de desertificação humana e/ou de enfraquecimento generalizado da base sócio-económica. Isto por, pelo menos, duas razões. Primeiro, a existência de organizações, grupos e indivíduos qualificados para actuar como agentes de desenvolvimento local significa que os recursos humanos locais, em vez de serem negligenciados, necessitam de pleno reconhecimento social e apoio para a sua activação. Segundo, é provável serem esses agentes muito mais eficazes do que os externos na promoção do desenvolvimento dos recursos humanos locais e nas intervenções, social e economicamente viáveis, em favor do desenvolvimento local sustentável.

Vale enfatizar que a actuação de profissionais a nível local tem estado, cada vez mais, presente em várias áreas do Portugal rural. Isto está sendo, em muito, facilitado pelo sistema de incentivos legais, financeiros, fiscais, entre outros e, também, por medidas de apoio finan-

ciadas pelo Fundos Estruturais da União Europeia, que visam estimular investimentos produtivos e refrear o despovoamento em áreas rurais desfavorecidas. As experiências portuguesas com a criação de condições para o estabelecimento e actuação de associações de desenvolvimento local, assim como a experiência concreta de agentes como a ESDIME e a ARVAL, poderiam servir de inspiração para outros países com áreas rurais em declínio.

Bibliografia

- ALBINO, C. (org.) (1997) *Desenvolver Desenvolvendo – Práticas e Pistas para o Desenvolvimento Local no Alentejo*. Messejana: ESDIME C.R.L.
- ALBINO, J. C. (1990) *Sudoeste Alentejano: Desenvolver as Terras com as suas Gentes*. Formar, pp.31-40.
- CALDAS, M. J. (1995) *O Mundo Maravilhoso do Linho Artesanal*. Lisboa: Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (FADAP).
- FAO (1998a) *Youth and Rural Development in Europe: Policy Issues and Responses*. REU Technical Series 55. Rome: FAO Regional Office for Europe.
- FERRÃO, J. (1992) *Serviços e Inovação: Novos Caminhos para o Desenvolvimento Regional*. Oeiras: Celta.
- GAROFOLI, G. (1992), "Les systemes de petits enterprises: un cas paradigmaticque de développement endogène". In: Benko, G. and Lipietz, A. (eds.) *Les régions qui gagnent*. Paris: Presses Universitaires de France, pp. 81-102.
- GREFFE, X. (1989) *Decentraliser pour l'emploi: les initiatives locales de développement*. Paris: Economica.
- MARTINS, J. C. I. (1997) *Observação e estudo de caso – Cooperativa ARVAL*: (Relatório final), São Martinho da Gandra. Porto: Instituto Politécnico do Porto, Escola Superior de Educação.
- OLIVEIRA-ROCA M. N.; ROCA, Z. 1999. *Jovens: Recursos Subaproveitados da Europa Rural*. In: CAVACO, C. (org.) (1999) *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano N.º 50*. Lisboa: CEG/UNL, pp. 449-455.
- PEDROSO, P. (1998) *Formação e Desenvolvimento Local*. Oeiras: Celta Editora.
- ROCA, Z. (1998) *Positive Experiences in Increasing the Involvement of Young Men and Women in Rural Development in Portugal*. In: FAO (1998a) *Youth and Rural Development in Europe: Policy Issues and Responses*. Rome: FAO, pp.39-61.
- ROCA, Z. (1999) *Local Development Contexts and Agents: An Analytical Model and Experience from Portugal*. In: BOWLER, I.; FIRMINO, A. (eds.) (1999) *Progress in Research on Sustainable Rural Systems*. Lisboa: CEGPR/UNL; International Geographical Union, pp. 174-185.
- ROCA, Z. (1999a) *Local Development Initiatives and Agents: Relevance of Portuguese Experience for the European Countries in Transition. Proceedings of the Third Moravian Geographical Conference, CONGEO'99 Regional Prosperity and Sustainability*, Brno: Institute of Geonics, Academy of Sciences of the Czech Republic, 1999, pp. 168-175.
- STÖHR, W. (1981) "Development from Below: the Bottom-Up and Periphery-Inward Development Paradigm". In Stöhr, W., e TAYLOR, D. R. F. (eds.) *Development from Above or from Below?*, Londres: John Wiley & Sons, pp. 39-72.